



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA

1

1. DO OBJETO

1.1. **“Registro de Preço para eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split para atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins-AM”, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:**

ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO	UND	QTDE.	VLR UNIT.	VLR TOTAL	OBSERVAÇÃO
1	0480	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 9.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável, com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	2	2.459,98	4.919,96	ampla concorrência
2	0481	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 12.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	08	3.200,00	25.600,00	ampla concorrência
3	0481	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 12.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	2	3.200,00	6.400,00	cota de 25% destinado à ME / EPP
4	0482	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 18.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável, com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante..	UND	06	3.624,50	21.747,00	ampla concorrência
5	0482	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 18.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável, com tecnologia Inverter;	UND	02	3.624,50	7.249,00	cota de 25% destinado à ME / EPP



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

2

		Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante..					
6	0483	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 24.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	04	6.106,90	24.427,60	ampla concorrência
7	0483	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 24.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	01	6.106,90	6.106,90	cota de 25% destinado à ME / EPP
8	0484	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 30.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	02	9.568,11	19.136,22	ampla concorrência
9	0485	APARELHO AR-CONDICIONADO, Tipo: split; Model: Hi-Wall; Capacidade: 36.000 BTU's; Tensão: 220 volts; Características: serpentina em cobre, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções, redução do nível de ruído, fluxo de ar de alta eficiência, visualização central de fácil leitura, desumidificador superpotência, oscilação horizontal, ajuste automático do fluxo de ar, timer programável com tecnologia Inverter; Adicionais: mão de obra e instalação inclusa, conforme solicitação da contratante.	UND	01	10.000,00	10.000,00	ampla concorrência
VALOR GLOBAL R\$ 125.586,68							

- 1.1. objeto da licitação tem a natureza de aquisição comum.
- 1.2. Os quantitativos são os discriminados na tabela acima.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por **Menor Preço por Item**.
- 1.4. Produtos a serem fornecidos, conforme ordens de fornecimento emitidas.
- 1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, com base no artigo 84 da Lei 14.133, de 2021.
- 1.6. De acordo com o Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
 - a.1) deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1.1 Identificou-se a necessidade de realização de licitação para sistema de registro de preço visando eventual aquisição de ar-condicionados em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins-AM.

2.1.2 É notório que as atividades funcionais da Câmara Municipal de Parintins-AM são desenvolvidas predominantemente em ambientes internos, por vezes fechados sem janelas, havendo assim a possibilidade de controle dos fatores referentes às condições térmicas, visando proporcionar o conforto necessário para a manutenção tanto da saúde física, quanto do sentimento de satisfação das pessoas, de modo a garantir maior disposição e produtividade.

2.1.3 Também há de se considerar que os diversos ambientes da Câmara Municipal de Parintins-AM dispõem de equipamentos de informática/eletrônicos que dependem de temperatura adequada para garantir seu bom funcionamento e prevenção de danos.

2.1.4 Ainda, destacamos que em Parintins-AM o clima predominante é o tropical chuvoso, com uma temperatura média de 26,6°C, mínima de 22,4°C e máxima de 35,5°C¹, razão pela qual deve-se dispensar cuidadosa atenção à influência do desconforto térmico nas pessoas e eventuais danos ao patrimônio material, observando-se que as estruturas físicas do ambiente determinam a manutenção do conforto térmico.

2.1.5 Desconsiderar os impactos causados pelo desconforto térmico na saúde, e conseqüentemente, na disposição e produtividade das pessoas, fere o Princípio da Eficiência na perspectiva de que a Administração Pública deve se organizar e se estruturar de modo a alcançar os melhores resultados na prestação de seus serviços.

2.1.6 Assim sendo, os aparelhos de ar-condicionados propostos, atendendo aos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens e serviços, irão proporcionar redução de custos com o consumo de energia elétrica, tendo sido escolhidos os de menor consumo para cada uma das categorias em questão.

2.1.7 Cumpre destacar que o Ministério da Saúde através da Portaria nº 3.523/98, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de refrigeração artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos, sob pena prevista na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que vai desde advertência à interdição total do edifício, sem prejuízo de outras penalidades previstas em legislação específica.

2.1.8 Além do exposto acima, tal aquisição visa também atender as seguintes necessidades:

¹ Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2012.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

4

2.1.8.1 aumentar a eficiência operacional com a substituição de equipamentos obsoletos por modelos mais modernos, para reduzir o tempo necessário na realização de tarefas e melhorar a qualidade do trabalho realizado;

2.1.8.2 reduzir os custos a longo prazo, embora o investimento inicial possa parecer significativo, a aquisição de ar-condicionado de melhor qualidade e maior durabilidade resultará em economias a longo prazo, minimizando os custos de manutenção e substituição; e

2.1.8.3 os atuais equipamentos de ar-condicionados da Câmara Municipal de Parintins, apesar do esforços e cuidados com manutenção para mantê-los conservados, parte deles já oferecem riscos à saúde e segurança dos funcionários, necessitando de substituição para garantir a eficiência e a funcionalidade adequada às normas de segurança vigentes, garantindo um ambiente de trabalho seguro para todos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

3.1 Por se tratar de aquisição de bens eletroeletrônicos (aparelhos de ar-condicionado) que demanda contratações frequentes e, inclusive, a prestação de serviços de instalação associados, com possibilidade de previsão de entregas e instalações parceladas de acordo com as demandas surgidas no âmbito do Poder Legislativo do município de Parintins-AM, e pela natureza do objeto que impede a definição exata do quantitativo de atendimento das demandas rotineiras dos Setores desta Casa, as quais são suscetíveis a oscilações.

3.2 Com efeito, a solução proposta neste TR para atender a essas demandas vislumbra-se na possibilidade da realização de licitação para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para a futura aquisição de ar-condicionados necessários ao funcionamento das atividades administrativas e legislativas deste Poder.

3.3 A escolha dessa modalidade se justifica pela maior agilidade, economia e transparência do processo licitatório, bem como pela possibilidade de ampla participação de fornecedores. Além disso, o pregão eletrônico permite a realização de lances sucessivos e inferiores aos anteriores, o que favorece a obtenção de melhores preços para a Administração Pública, maximizando a economicidade na contratação de bens e serviços com características padronizadas.

3.4 O Sistema de Registro de Preço (SRP) se mostra vantajoso por se tratar de um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante prévio processo de licitação, para eventual e futura contratação de bens e serviços por parte da Administração. Com o SRP, os fornecedores se comprometem a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos licitados, conferindo previsibilidade e segurança à gestão.

3.5 O SRP permite a formalização de Atas de Registro de Preços (ARP) com os fornecedores vencedores de cada item. Essa ferramenta oferece vantagens significativas, como a flexibilidade na quantidade e no momento da contratação (mediante a emissão das ordens de fornecimento/serviço), a redução dos estoques e dos custos administrativos com a condução de múltiplos processos licitatórios, e a possibilidade de adesão de outros órgãos públicos às ARP, promovendo ainda mais eficiência e economia em escala.

3.6 Além disso, um benefício crucial do SRP é que a Administração Pública não será obrigada a adquirir os bens registrados, ou seja, as compras somente ocorrerão se houver interesse da Câmara Municipal de Parintins, mediante o surgimento das demandas reais. Isso garante que os recursos sejam aplicados somente quando houver necessidade efetiva, evitando ociosidade e desperdício.

3.7 Assim sendo, entende-se que, por se tratar de aquisição de bem comum com instalação e com especificações técnicas bem definidas e detalhadas, a solução que melhor atende aos interesses e



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

5

necessidades deste Poder Legislativo é a realização de procedimento licitatório para Sistema de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, como já referido alhures. Este critério, combinado com o rigor das especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, assegura a obtenção da proposta mais vantajosa sem comprometer a qualidade e a funcionalidade dos equipamentos e dos serviços de instalação, garantindo a adequação das soluções e o atendimento às exigências legais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Nas descrições do objeto constam as características necessárias para garantir os padrões de qualidade e possibilitar a proposta mais vantajosa. Além dos requisitos técnicos e em cumprimento ao artigo 225 da Constituição Federal de 1988, bem como art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais normativas condizentes, os quais impõem ao poder público a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, serão exigidas, no momento da entrega dos equipamentos:

4.1.1 Produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, obedecendo as Portaria do Inmetro nº 643/2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem;

4.1.2 Será exigida garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, contra quaisquer defeitos de fabricação, sem ônus adicional a Câmara Municipal de Parintins.

4.2 É possível ainda, considerar que a melhor qualidade dos recursos técnicos especificados para os ar-condicionados possa significar maior durabilidade e menores custos a Administração.

4.3 A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

4.4 O objeto deve ser entregue em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local informados, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.5 A garantia em tempo superior ao determinado pela legislação consumerista justifica-se devido ao alto valor dos equipamentos, por tratar-se de eletroeletrônico com ampla vulnerabilidade técnica e econômica da Instituição e pela necessidade do objeto permanecer em seu perfeito estado de funcionamento por um mínimo período de tempo, para adequada utilização e segurança daqueles que irão executar suas aplicações, sem ônus para a contratante.

4.6 O fornecedor custeará todo traslado dos bens móveis adquiridos e defeituosos para a unidade responsável pela assistência técnica quando não for possível fazê-lo nas dependências da Câmara Municipal de Parintins-AM.

4.7 Durante o prazo estabelecido acima, os eletroeletrônicos adquiridos e que apresentarem defeito, cuja assistência técnica não apresente solução imediata para o problema, devem ser substituídos e instalados no prazo de 15 (quinze) dias, sem ônus para a Contratante.

4.8 O padrão de qualidade do objeto ofertado será avaliado, e deverá estar certificado, segundo os padrões usuais de mercado e demais características e especificações técnicas exigidas pelos órgãos de controle competentes (ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, dentre outros).



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

6

4.9 As amostras e/ou catálogos poderão ser solicitados sempre que a comissão achar necessário para retirar dúvidas quanto a qualidade do objeto e adequação aos critérios solicitados na sua respectiva descrição.

4.10 Os fornecedores deverão apresentar declaração de que os produtos serão novos e dentro do prazo de validade, proposto neste estudo. A omissão dessas informações na proposta não implica na desclassificação da mesma, estando o contratado obrigado a fornecer os produtos de acordo com tais condições.

4.11 Deverão, também, os fornecedores responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos objetos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); bem como substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no respectivo Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

4.12 As empresas contratadas deverão observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, a saber:

4.12.1 critérios e práticas de sustentabilidade:

4.12.1.1 Art. 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) o qual dispõe os princípios que devem ser observados, entre eles a economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável; e

4.12.1.2 Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública.

4.12.2 E ainda, os contratados deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental do artigo 5º da Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG:

4.12.2.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado ou atóxico, sempre que tecnicamente viável e aplicável à natureza do bem;

4.13. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.14. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.14.1 No que couber para cada item as normativas abaixo:

4.14.2.1 Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas específica para cada item, especialmente as ABNT NBR 13971, ABNT NBR 16401-1/2/3 e ABNT NBR 5410, e demais normas de segurança e desempenho aplicáveis a equipamentos eletroeletrônicos e de climatização;

4.15 Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

4.16 Os produtos devem ser entregues no Setor de Patrimônio da Câmara Municipal de Parintins-AM, conforme ordem de fornecimento e respectiva emissão de empenho.

4.17 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessas únicas no endereço descrito no rodapé do presente estudo.

4.18 valor do frete deverá ser incluído na proposta, compondo o valor do produto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

7

5.1. O contrato para o “Registro de Preço para eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split para atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins-AM”, deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas e em conformidade com as normas da Lei nº 14.133, de 2021. Ambas as partes serão responsáveis pelas consequências de qualquer inexecução total ou parcial do contrato.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato da eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split para atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins-AM, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente. As alterações e circunstâncias deverão ser formalizadas através de apostila ao contrato.

5.3. As comunicações entre a entidade contratante da Câmara Municipal de Parintins/AM e a empresa fornecedora da eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split para atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins-AM, devem ser feitas por escrito, garantindo a formalidade necessária. O uso de mensagens eletrônicas é permitido para facilitar a comunicação.

5.4. A entidade contratante poderá solicitar a presença de representantes da empresa fornecedora para discussões ou providências urgentes relacionadas à execução do contrato.

5.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade contratante poderá realizar uma reunião inicial com o representante da empresa fornecedora. Nesta reunião, será apresentado um plano detalhado de fiscalização do contrato, abordando as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, estratégias para eficaz execução do fornecimento, o plano complementar de ações da contratada (se aplicável), métodos para aferição dos resultados e sanções aplicáveis, entre outros pontos importantes.

Preposto

5.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início do fornecimento dos produtos, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

5.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.9. O fiscal do contrato será responsável por acompanhar a execução do contrato. Ele deverá assegurar que todas as condições estabelecidas no contrato sejam cumpridas, visando garantir os melhores resultados para a Administração.

5.10. O fiscal do contrato registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução. Isso inclui a descrição de ações necessárias para a regularização de quaisquer faltas ou defeitos observados, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

5.11. Caso sejam identificadas inexatidões ou irregularidades na execução do contrato, o fiscal emitirá notificações para a correção, estabelecendo prazos para tal.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

8

5.12. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisões ou medidas além de sua competência. Assim, o gestor poderá adotar as medidas necessárias e saneadoras, se

5.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação aplicável.

5.14. Em casos de ocorrências que possam comprometer a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

5.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

5.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9

Do recebimento

6.1. provisoriamente, no ato da execução dos serviços, para posterior conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento;

6.2. definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação ao Termo de Referência, à proposta e à nota de empenho, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições

6.3. O prazo mencionado será contado a partir do recebimento da comunicação do Contratado, acompanhada das evidências da **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, conforme a parcela a ser paga.

6.4. O fiscal do contrato será responsável pelo recebimento provisório da **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, assegurando o cumprimento das exigências técnicas estipuladas no contrato.

6.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório da **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, confirmando o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.6. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, sob os aspectos técnico e administrativo.

6.7. O recebimento provisório será considerado como ocorrido com a entrega do termo detalhado ou, se houver mais de um termo, com a entrega do último.

6.8. O Contratado fica obrigado a corrigir, às suas expensas, quaisquer discrepâncias ou problemas relacionados a **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, identificados no Recebimento Provisório, não sendo atestada a última parcela da prestação do serviço até que todas as pendências sejam resolvidas.

6.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última parcela da prestação do serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório.

6.23 O recebimento provisório também ficará sujeito à verificação de todos os documentos e comprovantes exigidos para a **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**.

6.11. A prestação do serviço poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando não estiver conforme as especificações deste Termo de Referência e as condições acordadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.12. Em casos onde um único servidor exerce a fiscalização, ele deverá registrar e analisar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo aspectos técnicos e administrativos, e



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

10

encaminhá-los ao gestor do contrato para o recebimento definitivo.

6.13. A prestação do serviço será recebida definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por um servidor ou comissão designada, após verificação da quantidade e qualidade da **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split** prestados e sua aceitação por meio de termo detalhado.

6.14. Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, se houver, referente ao cumprimento das obrigações pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas.

6.15. Análise dos relatórios e documentações fornecidos pela fiscalização e, se houver irregularidades, solicitar correções à contratada, indicando as cláusulas contratuais pertinentes.

6.16. Emissão do Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados e ou produtos fornecidos, baseado nos relatórios e documentações.

6.17. Comunicação à empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor ajustado pela fiscalização.

6.18. Envio da documentação ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme valor ajustado pela fiscalização e gestão.

6.19. Em caso de controvérsia relacionada a **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, especialmente no que se refere à qualidade e quantidade, será observado o artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021. Deve-se comunicar à empresa contratada para a emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da prestação do serviço, para fins de liquidação e pagamento.

6.20. Nenhum prazo de recebimento será efetivado enquanto estiver pendente a resolução, pelo contratado, de quaisquer inconsistências identificadas na execução da prestação do serviço ou nos documentos de cobrança.

6.21. O recebimento provisório ou definitivo da **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split** não exime a responsabilidade civil da empresa contratada pela qualidade e segurança do produto/serviço fornecido/prestado, nem a sua responsabilidade ético-profissional pela correta execução do contrato conforme os termos acordados.

Liquidação

6.22 Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias não úteis para fins de liquidação, conforme estabelecido nesta seção.

6.23 O prazo para liquidação será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, em casos de contratações para despesas de valores que não ultrapassem o limite especificado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.24 Para a liquidação da despesa, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

11

6.24 Para a liquidação da despesa, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela **eventual aquisição com instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split**, contém todos os elementos essenciais, como:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução do contrato;
- e) valor a pagar;
- f) destaque do valor das retenções tributárias, quando aplicável.

6.25 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.26. A Nota Fiscal ou Fatura deve ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal do contratado, verificável por meio de consulta on-line aos sites oficiais ou documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.27 A Administração realizará consultas para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar impedimentos à participação em licitações ou contratações com o Poder Público, e possíveis ocorrências impeditivas, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

6.28 Em caso de constatação de irregularidade do contratado, ele será notificado para regularizar a situação ou apresentar defesa em até 5 (cinco) dias úteis, prazo este passível de uma única prorrogação, a critério da contratante.

6.29 Se a situação irregular persistir ou a defesa for considerada improcedente, a contratante notificará os órgãos de fiscalização sobre a inadimplência do contratado, especialmente se houver pagamentos pendentes, para a tomada das ações necessárias para a garantia dos créditos.

6.30 Se a irregularidade continuar, a contratante adotará as medidas necessárias para a rescisão do contrato, garantindo ao contratado o direito à ampla defesa no processo administrativo correspondente.

6.31. Enquanto o objeto do contrato estiver sendo executado efetivamente, os pagamentos serão realizados normalmente, até que seja decidida a rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

6.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

12

monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

7.2. A prestação dos serviços será feita de forma parcelada, semanal ou diariamente, e de acordo com as necessidades, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pela Secretaria Administrativa desta Câmara Municipal.

Regime de execução

7.3. O regime de execução do contrato será empreitada por menor preço item.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

7.4. Propostas serão avaliadas com base em sua aderência aos preços de mercado, desconsiderando aquelas com valores excessivamente acima da média.

7.5. Propostas que apresentem uma redução de 50% ou mais em relação ao valor estimado serão submetidas a uma análise detalhada de exequibilidade, exigindo do proponente a apresentação de documentos adicionais que justifiquem a viabilidade dos preços ofertados.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

13

7.6. A equipe técnica e o pregoeiro responsáveis analisarão a documentação complementar para determinar se as propostas são exequíveis. Propostas consideradas inexequíveis serão desqualificadas.

7.7. Serão aceitas para consideração final as propostas que estejam em conformidade com os preços de mercado e demonstrem exequibilidade, buscando a melhor relação custo-benefício.

7.8. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados critérios de desempate conforme a legislação vigente e as normas estabelecidas no edital do processo licitatório.

Exigências de habilitação

7.9 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.10. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.14. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

7.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.17. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

14

7.18. Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

7.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Qualificação técnica profissional e técnico-operacional

7.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.21. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

7.22. Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.23. Comprovação do Licenciamento Ambiental para Operação, expedida pelo órgão ambiental competente, com base na legislação vigente.

7.24. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.28. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

15

7.30. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluído pela Lei nº 12.440/2011.

7.31. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

7.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.34. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.35. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis (termo de abertura e encerramento do livro diário, notas explicativas, termo de autenticação do livro diário) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.36. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), superiores a 1 (um);

7.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.38. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.39. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.40. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

7.41. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.42. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

16

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 125.586,67 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do Item 1, de acordo com o mapa de cotação de preços, anexados nos autos do processo, conforme preconiza o art. 6º, XXIII, "i", da Lei 14.133/2021.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1 Unidade Orçamentária: 0101 - Câmara Municipal Classificação Programática: 01.031.0001.2.001 Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte de Recursos: 10 - Recursos Ordinários - 1. FPM.

Parintins/AM, 11 de dezembro de 2025.

Paula Karina Soares Gomes
PAULA KARINA SOARES GOMES

Assessora Técnica

Portaria nº. 034/2025 – SRH/CMP

1796 IN HOC SIGNO VINCES 1852
PODER LEGISLATIVO
PARINTINS-AM